



DE CULTO LOCAL À RELIGIÃO MUNDIAL: UM FUTURO ENTRE DOIS RIOS

Hernandes José de Moraes^p

RESUMO

Os três primeiros séculos de nossa era ficaram marcados na história da Igreja Cristã por uma série de perseguições, onde milhares restaram mortos: aquelas levadas a efeito entre 303 e 311, fomentadas particularmente pelo paganismo, foram especialmente violentas. Em 311, porém, os quatro coimperadores do Império Romano chegaram à conclusão de que aquele estado de coisas de nada adiantava, dando assim início à adoção de novas posturas frente à questão envolvendo os cristãos. Constantino teve papel de destaque nesse processo que, oitenta anos mais tarde, resultaria numa total inversão de papéis: a proibição total do paganismo e a elevação do cristianismo ao status de religião oficial do Estado. O objetivo deste artigo é provocar a discussão sobre o real significado do imperador Constantino para a expansão e a consolidação do cristianismo.

Palavras-chave: Paganismo. Cristianismo. Império Romano. Constantino. Religião.

INTRODUÇÃO

Dentro do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião/UFJF, nos níveis de Especialização e Mestrado, o autor concentrou seus estudos na vida e obra do escritor dinamarquês, filósofo-teólogo cristão, Søren Aabye Kierkegaard (Copenhague, 1813 – Copenhague, 1855), uma das mais importantes e fascinantes figuras da história das ideias e um pensador-chave no desenvolvimento da teologia e da filosofia contemporâneas. No entrelaçar das categorias kierkegaardianas *absurdo* e *fé* residiu o foco principal da pesquisa desenvolvida, ou seja, na esfera da existência buscou-se a compreensão da relação entre o *absurdo* e a *fé*.

Fé, na compreensão de Kierkegaard, é o remédio para a angústia, para o pecado e para o desespero na existência humana. A fé como cura levaria o indivíduo para além da razão e de toda possibilidade de compreensão. Por isso, é a fé que constitui o sujeito em sua relação com

^p Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduando em Teologia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES-JF). E-mail: moraishernandes@yahoo.com.br



o mundo e em sua relação consigo mesmo, desfazendo toda angústia e desespero, provocando uma paz baseada na convicção de que para Deus tudo é possível. O paradoxo da fé é o absurdo em ação, isto é, o indivíduo se torna superior ao universal, suspende os princípios ético-sociais e extrapola os limites da razão. A ética fica suspensa, a razão não consegue explicar, o silêncio se torna a resposta, porque diante do absurdo não se tem o que dizer.

Mas, o paradoxo da fé cristã parece ser um absurdo quando analisado pelas vias lógicas da razão. Ao longo das pesquisas algumas interrogações históricas ficaram por ser respondidas e, dentre elas, a de como uma doutrina fundada por um judeu nascido na pequena cidade de Nazaré, uma cidade perdida no seio do imenso Império Romano, teria sido capaz de fermentar em uma terra dominada pela civilização greco-romana e pelo judaísmo.

Na busca preliminar por possíveis respostas, deparou-se com uma personagem histórica singular: a do imperador Constantino I (272 d.C. – 337 d.C.), o Grande (doravante, neste artigo, Constantino). Novas e intrigantes questões surgiram e foram tomando assento, mas a grande questão-tese se consolidou: teria Constantino, com suas deliberações político-social-religiosas, revolucionado de tal monta a história da humanidade de forma a possibilitar que um culto, restrito e local, adquirisse o status de religião oficial de todo o Império Romano?

A VIRADA CONSTANTINIANA

O cristianismo, durante os três primeiros séculos, foi alvo de uma série de perseguições. A afirmação da identidade cristã, em consonância com a identidade romana, se fazia necessária, contudo, o ambiente era predominantemente pagão. Inquestionável que a identidade romana plasmou-se em constante diálogo com a pluralidade cultural. Neste contexto a disseminação do cristianismo teve papel significativo na modificação dessa mesma identidade, mas, a um só tempo, deu origem a uma série de tensões que ficaram explícitas na prática social.

A possibilidade da existência de diferentes cristianismos ou correntes cristãs (variadas identidades cristãs) é constatada ao longo dos três primeiros séculos. Apesar disso, é possível identificar ao longo da história cristã as tentativas de conciliação das diferentes correntes e o esforço principal de diferenciar cristãos de pagãos, tendo uma corrente sobressaído em relação às demais, passando a ter a sua identidade reforçada. O uso do plural e do singular,

neste caso – cristianismo(s), identidade(s) cristã(s) –, encontra respaldo na necessidade de tornar clara essa passagem da multiplicidade à tentativa de afirmação da unidade. Essa religiosidade tardo-antiga caracterizou-se, dentre outros, pelo aumento da importância atribuída aos problemas religiosos, pelo desenvolvimento da crença no sobrenatural e sua interferência na vida dos homens e pela noção da divindade que passa a ser única ou, pelo menos, hegemônica. Ao longo do séc. IV algumas dessas transformações se confirmaram e outras foram reorientadas. Nesse ínterim o cristianismo progressivamente se afastava de uma condição marginalizada para associar-se ao poder imperial. Na contrapartida histórica o paganismo se fazia sujeito de uma movimentação político-social inversa.

A ascensão do imperador Constantino influenciou diretamente para o estabelecimento desse novo panorama político-religioso. A consequência direta da passagem da diversidade de correntes à afirmação de uma identidade cristã conduziu à formação de um cristianismo institucionalizado – a Igreja –, e à constituição da ortodoxia – entendida como a doutrina oficial da Igreja.

A área de interesse maior deste artigo se concentra exatamente onde se detectam afinidades eletivas entre as ações imperiais de Constantino e as (resultantes) consequências diretas para a vida dos cristãos e, via de consequência, para a história da Igreja. A afirmativa de Veyne (2011, p. 12-13) de que Constantino acreditava e “[...] apreciava o fato de ter sido escolhido, destinado pelo Decreto divino a desempenhar um papel providencial na economia milenar da Salvação”, só faz reforçar os indícios dessas afinidades. No dizer de Angold (2002, p. 23), a partir de Constantino os imperadores romanos “[...] haviam cada vez mais adotado a idéia helenística de que o imperador participava do divino. Era o ponto de interseção entre a divindade suprema e a sociedade romana”.

A trajetória de Constantino, da sua ascensão imperial até a sua morte, está eivada de afinidades com o cristianismo. A narração de Eusébio de Cesaréia sobre a visão da cruz, por Constantino, conspira nesse sentido. Reconhecer-se, Constantino, em encontro sobrenatural com o cristianismo foi importante para que orientasse suas políticas pró-cristãs. Constantino favoreceu o cristianismo sem, no entanto, rechaçar ou proibir as demais religiões e cultos existentes no Império. Ao longo desse século de inúmeras transformações destacam-se acontecimentos que consolidam, não apenas uma identidade cristã, mas também novas relações entre a Igreja e o Império. O Concílio de Nicéia (325 d.C.) foi um desses acontecimentos, marcando transformações doutrinárias para a Igreja, interferências do poder



imperial em assuntos religiosos e consolidando a definição do que é ortodoxo e do que deve ser combatido como heresia. Vê-se, ao findar do séc. IV, que os assuntos de ordem religiosa e social confundiam-se nas esferas política, administrativa e na militar.

Os efeitos da assim chamada “virada constantiniana” foram sentidos com a intelectualidade cristã constituindo-se como reorganizadora da cultura e o cristianismo irrompendo-se como a religião oficial do Império.

Afirmando ser a legítima interpretadora da mensagem de Jesus, sucessora direta dos primeiros apóstolos e herdeira da fé proclamada pelos cristãos perseguidos dos primeiros séculos, a Igreja se fortaleceu, possibilitando-a interferir em assuntos políticos da mesma forma que o poder imperial nela interferia. De fato, como propôs Le Goff (2007), a política tornava-se a província do religioso. Com o título de *Vicarius Christi*, o papel do próprio imperador seria o de propagar a fé cristã, mantendo a unidade do Império e da fé. Dentre as novas funções herdadas, os imperadores ficaram com a incumbência de presidir concílios e arbitrar em decisões doutrinárias e dogmáticas. As novas sínteses advindas desse relacionamento mais estreito entre Igreja e Império propiciam o desenvolvimento da Igreja como instituição que ia além das fronteiras do Império. Quando o paganismo foi proibido, em 392 por Teodósio, as transformações religiosas que se delineavam desde o início do séc. IV não estavam encerradas, mas, apresentavam sinais de acomodação e consolidação que favoreceram e permitiram a emergência do cristianismo, ou melhor, do cristianismo institucionalizado: a Igreja.

AS BATALHAS

Nenhum estudo que tome como tema a “virada constantiniana” pode deixar de fazer menção aos acontecimentos derivados da campanha italiana de 312 (Constantino contra o coimperador romano Maxêncio). Veyne (2011, p.11) abre a sua obra registrando que “Um dos acontecimentos decisivos da história ocidental e até mesmo da história mundial deu-se no ano de 312 no imenso Império Romano. [...] Constantino, o herói dessa grande história, converteu-se ao cristianismo depois de um sonho (‘sob este sinal vencerás’)”. J. B. Bury, em colação trazida por Veyne (2011, p. 12), afirma que “[...] a revolução religiosa promovida por

Constantino em 312 foi o ato mais audacioso já cometido por um autocrata, desafiando e desprezando o que pensava a grande maioria dos súditos”.

Os desdobramentos pós-campanha contra Maxêncio apontam para uma série de eventos que permitem inferir pela existência de uma forte associação de Constantino com o cristianismo. A intervenção pessoal do imperador na política eclesiástica, bem como a contrapartida, qual seja, o envolvimento do alto clero nas decisões do Império, não encontram precedentes na história. O resumo contido na orelha de capa do livro de Veyne (2011) bem condensa o que até aqui foi tratado neste artigo, no que se refere à Constantino.

No século IV, o poderoso Império Romano estava dividido entre quatro coimperadores, que pareciam partilhar o reino fraternalmente. Dois reinavam no Oriente – constituído por Grécia, Turquia, Síria e Egito –, enquanto o Ocidente era dividido entre Licínio e Constantino, que governavam a Gália, a Inglaterra e a Espanha. Constantino também deveria ser também o regente da Itália e de Roma, usurpadas por Maxêncio. Para recuperá-las, foi à guerra e durante a campanha se converteu, colocando nas mãos do Deus cristão suas esperanças de vitória. A conversão veio em um sonho na véspera da batalha decisiva, no qual Deus lhe prometia a vitória se abraçasse publicamente a nova fé. No dia 28 de outubro de 312, às margens do Tibre, Constantino venceu a célebre batalha da Ponte Mílvio e mudou o curso da história, moldando o mundo como o conhecemos hoje. Foi a morte da Antiguidade pagã e o nascimento da Era Cristã.

É a partir da batalha da Ponte Mílvio que se fixa o início da significativa e singular intervenção de Constantino nos rumos da história.

BATALHA DE PONTE MÍLVIO

Como visto, quatro coimperadores então reinavam “fraternalmente” sobre o Império Romano. Dentre eles Constantino, que governava a Gália, a Inglaterra e a Espanha. Também a Itália estaria sob seu poder não fosse a usurpação de Maxêncio. Para reaver a Itália uma guerra se impõe, campanha por ocasião da qual teria ocorrido a suposta conversão de Constantino ao cristianismo. Teria o imperador, na noite anterior à batalha, sonhado com o deus dos cristãos, o qual lhe teria prometido a vitória caso a Ele se convertesse. Registra Veyne (2011, p. 15):

De fato, no dia seguinte, na jornada memorável de 28 de outubro de 312, Deus concedeu-lhe, no subúrbio de Roma, às margens do Tibre, a célebre vitória de Ponte Mílvio; Maxêncio foi esmagado e morto pelas tropas de Constantino, que anunciavam a religião pessoal do chefe que defendiam: seus escudos ficaram marcados por um símbolo totalmente novo, revelado na véspera da batalha ao imperador enquanto dormia e que ele mesmo adotou em seu capacete; era aquilo a que chamamos “crisma”, formado pelas duas primeiras letras do nome de Cristo, quer dizer, as letras gregas X e P, superpostas e cruzadas.



Estabelecia-se, desta forma, o limite didático entre a antiguidade pagã e a época cristã. Constantino adota o cristianismo como a sua religião, favorecendo-a de forma ampla e declarada, diferentemente do tratamento dispensado agora ao paganismo. Contudo, não procedeu a perseguições, as quais foram proibidas formalmente. O cristianismo dispunha, a partir daquele evento, de todo o imenso Império Romano, e soube disto se aproveitar: uma década depois a religião então tolerada passara a ser o paganismo, não mais o cristianismo. Constantino não impôs o cristianismo pela força, permanecendo o Império ainda tecnicamente pagão (o culto pagão somente seria abolido meio século depois da morte de Constantino).

A POLÍTICA RELIGIOSA DE CONSTANTINO

Em paz agora conviviam cristãos e pagãos, mesmo após a reunificação do Oriente e do Ocidente sob a coroa de Constantino, em 324. Os atos oficiais do imperador têm um caráter mais pessoal do que efetivamente oficial: proclama o cristianismo como única e boa religião, classificando o paganismo em nível inferior. Constantino revela-se, no entendimento de Veyne (2011, p. 24), como sendo “[...] um príncipe cristão convicto, propagandista da fé e que considera o paganismo ‘uma superstição desvantajosa’, enquanto o cristianismo é a ‘santíssima lei’ divina”.

Todavia, o equilíbrio entre as duas religiões fora definitivamente quebrado. O imperador mostrava a todos que era cristão, qualificava o paganismo como baixa superstição e dignificava o cristianismo construindo várias igrejas (e nenhum templo pagão). Veyne (2011, p. 29) registra:

Graças a Constantino, a lenta porém completa cristianização do Império pôde começar; a Igreja, de “seita” proibida que tinha sido, tornou-se mais do que uma seita lícita: estava instalada no Estado e acabará um dia por suplantará o paganismo como religião integrada aos costumes.

A BATALHA DO RIO FRIO

Procedendo a um salto na história até ao ano de 394, depara-se com algo equivalente à vitória militar de Constantino em 28 de outubro de 312: trata-se da vitória do imperador Teodósio, em 06 de setembro de 394, também às margens de outro rio, o Rio Frio.

Trata-se do equivalente a um verdadeiro duelo mortal entre o paganismo e o cristianismo. Contextualizando, retorne-se a 391, onde o Império se encontrava sob o governo de dois coimperadores: no Oriente reina o cristão Teodósio; o Ocidente estava confiado ao ambicioso pagão Arbogast. O Senado romano era, à época, majoritariamente pagão e sonhava livrar-se do ateísmo cristão. Quando Arbogast sugere a Teodósio fazer de Eugênio seu novo coimperador no Ocidente, recebe uma recusa e instala-se o clima de guerra: na prática estabelecia-se a “primeira guerra de religião” entre o paganismo e o cristianismo.

Os cultos, os ritos e cerimônias pagãs haviam recrudescido, os templos reconstruídos e as riquezas que haviam sido despojadas por Constantino em benefício das igrejas cristãs, restituídas. Arbogast chegou mesmo a prometer que, após a sua vitória, transformaria a Catedral de Santo Ambrósio, em Milão, em uma estrebaria (vitória inclusive prevista pelo maior chefe do partido pagão, versado na ciência dos augúrios).

De Constantinopla Teodósio assume a defensiva: manda consultar, nos confins do Egito, o célebre eremita João de Licópole, o qual lhe promete a vitória. Teodósio, ainda retaliando contra o paganismo, proíbe formalmente todo e qualquer tipo de sacrifício e culto, fosse público ou particular. Finalmente, em 394, na batalha instalada a 06 de setembro nas proximidades da atual fronteira Eslovênia-Itália, às margens do Rio Frio (atual Vipaco), foi aniquilado o exército do Ocidente. Restaram mortos Eugênio e Arbogast. Estava, de forma definitiva, decretada a “morte” do paganismo, que nunca mais se reabilitou (apesar de serem encontrados vestígios do paganismo ainda por muitos séculos depois). O cristianismo agora, de fato, tornava-se a religião de Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cristianização do mundo antigo foi uma revolução que teve em seu impulso inicial um indivíduo, Constantino, ensina Paul Veyne. Aquele imperador, convertido, favoreceu e sustentou uma seita que, ainda que minoritária, por ele foi vislumbrada como possuidora de superioridade religiosa. Veyne (2011, p. 197) é conclusivo e esclarecedor quando afirma que,

Foi unicamente por Constantino que a história universal estremeceu, porque Constantino foi um revolucionário maduro para uma grande utopia e persuadido de que lhe estava reservado um papel imensamente importante na economia milenar da Salvação. Mas também e sobretudo porque esse revolucionário foi simplesmente um grande imperador, um realista que tinha o sentimento do possível e do impossível.



O período histórico considerado neste artigo é exatamente aquele que sofreu a maior influência das políticas religiosas implementadas por Constantino. A tese defendida é a de que, não fossem tais deliberações político-religiosas, o cristianismo não teria resultado em nada mais do que (mais) uma pequena seita: marginal, sem expressão e de influência meramente local, dentre outras tantas.

Constantino, enfim, teve um significado fundamental para o cristianismo, sendo o responsável direto pela alavancada e transformação de um pequeno culto isolado, restrito e local, em uma das mais significativas e influentes religiões do mundo atual. Nas inspiradoras palavras de Veyne (2011, p. 14): “Sem Constantino, o cristianismo teria permanecido uma seita de vanguarda”.

O presente artigo não tem, evidentemente, a pretensão de esgotar o tema, mas sim a de introduzi-lo, a partir da visão de Paul Veyne, no espaço dos debates acadêmicos, ensejando sua ampla discussão e crítica, de forma a contribuir para o crescimento e a consolidação dos conhecimentos.

ABSTRACT

The three first centuries of our age were marked in the history of the Christian Church by a series of persecutions in which thousands died: those carried on between 303 A.D. and 311 A.D., particularly instigated by paganism, were especially violent. However, in 311 A.D. the four co-emperors of the Roman Empire came to the conclusion that the state of affairs would come to no point, and began the adoption of new postures concerning the questions involving Christians. Constantine played a prominent role in this process that, eighty years later, would result in a complete inversion of the situation: the total proscription of paganism and the rising of Christianity to the status of state's official religion. The purpose of this article is to instigate the discussion about the real meaning of the Emperor Constantine to the expansion and consolidation of Christianity.

Keywords: Paganism. Christianity. Roman Empire. Constantine. Religion.

REFERÊNCIAS

ANGOLD, Michael. **Bizâncio**: a ponte da antiguidade para a idade média. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

BROWN, P. **A ascensão do cristianismo no ocidente**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. **História eclesiástica**: os primeiros quatro séculos da igreja cristã. 1. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.

_____. **Vida de Constantino**. Livro I. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

LE GOFF, J. **O Deus da idade média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TILLICH, Paul. **Dinâmica da fé**. 7 ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2002.